

Fraude será apurada só depois do carnaval

BRASÍLIA — A Comissão de Sindicância designada para apurar a fraude na votação eletrônica da Constituinte somente depois do carnaval terá elementos necessários para apontar quem usou a senha do Deputado Sarney Filho (PFL-MA) e votou em seu lugar.

Integrada pelo Senador Virgílio Távora (PDS-CE) e pelos Deputados José Carlos Martinez (PMDB-PR) e Inocêncio de Oliveira (PFL-PE), a comissão aguarda as planilhas de votação com a indicação da cadeira de onde foi dado o voto e dos dois lugares laterais e dos tapes que serão encaminhados pelas emissoras de televisão para tentar identificar o culpado. A Comissão, que requisitou aos órgãos de imprensa fotografias tiradas naquele dia no plenário, espera ter todo este material logo após o Carnaval, quando será reiniciado o prazo de dez dias para apresentar seu relatório.

— Nunca nos passou pela cabeça pedir a algum parlamentar para "dedurar" o colega — esclareceu ontem o Presidente da Comissão, Virgílio



Virgílio Távora preside a Comissão

Távora, explicando que o culpado será identificado pelas fotos e pelos tapes. Ele disse que não usará a lista dos parlamentares presentes na casa, como elemento da investigação, porque "elas são um pouco permeá-

veis e às vezes não representam bem a realidade".

Virgílio Távora explicou que, em seu relatório final, a Comissão não sugerirá o tipo de punição para os culpados — esta pode ir desde a advertência à perda do mandato, passando pela suspensão —, limitando-se a apresentar os fatos. Caberá ao Corregedor Geral da Constituinte, Deputado Jorge Arbage, propor à Mesa da Assembléia uma punição para o culpado.

O Deputado garantiu ontem que vai "descer a fundo" nesta questão, pois o episódio atinge a instituição do Legislativo. Ele disse que a Mesa não estuda novos procedimentos para impedir fraudes, pois "o que tem que ser aprimorado é a conduta de quem exercita o voto, e não o sistema, que é perfeito".

Arbage disse acreditar na apuração do episódio, pois "não há crime perfeito", e considera que já há prova material do delito — a lista de votação e a declaração de Sarney Filho de que estava ausente —, restando apontar apenas o culpado.

Pefelista suspeita de que petista votou duas vezes

BRASÍLIA — A Comissão designada pela Mesa da Constituinte para apurar a fraude ocorrida com a senha eletrônica do Deputado Sarney Filho (PMDB-MA) — usada em duas votações embora o parlamentar estivesse no Maranhão — tem uma nova tarefa: investigar a acusação do Deputado Messias Góes (PFL-SE) de que o Deputado Olívio Dutra (PT-RS) procedeu "de forma estranha", numa das votações de ontem.

Segundo Messias Góes, Olívio Dutra chegou atrasado ao plenário e sentou-se do lado direito, com o Centro, onde usou um dos terminais de

votação. Em seguida, levantou-se e foi para um dos postos avulsos de votação. Na opinião do pefelista, parece que Dutra votou duas vezes. Ele quer que a Comissão investigue o caso.

O Deputado gaúcho desmentiu a acusação, explicando que, como não conseguira completar a votação quando estava sentado no plenário, procurara o posto avulso para terminar de votar.

Entretanto, segundo Messias Góes, o Deputado petista "estava com cara de quem tinha culpa no cartório". Os Deputados Fausto Rocha (PFL-SP) e Hermes Zanetti (PMDB-RS), que es-

tavam perto de Olívio Dutra na hora da votação, confirmaram as suspeitas, acrescentou Messias.

O Deputado José Costa (PMDB-AL), por sua vez, ofereceu ao Presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, uma solução para acabar com os "pianistas" no plenário: a instalação de um pequeno visor junto a cada terminal, que faria a leitura óptica da impressão do polegar do votante, só abrindo quando a digital conferisse com uma imagem já depositada no banco de dados do computador. Pelo sistema, só o próprio Deputado teria condições de votar.

Sabotagem

HÁ TRÊS explicações para o episódio do voto-fantasma registrado no painel da Constituinte em nome do Deputado José Sarney Filho:

1. TENTATIVA de fraudar a votação. Inaceitável porque, no caso, um voto não faria qualquer diferença.

2. TENTATIVA de desmoralizar o Deputado. Impensável, já que, ausente, ele de nada poderia ser acusado — nem está sendo.

3. TENTATIVA de desmoralizar o sistema de votação e, em consequência, o próprio trabalho da Constituinte.

COMO DIRIA Conan Doyle, uma vez eliminado o impossível, é necessário aceitar o improvável.

OU SEJA, resta a terceira hipótese: sabotagem. Por aí se julgue a importância de uma investigação séria do caso, sem panos quentes ou compadrismo.